



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638352 - AM (2021/0000690-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ROSANA MARIA FERNANDES DE ASSIS
ADVOGADO : ROSANA MARIA FERNANDES DE ASSIS ASSAM - AM015052
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PACIENTE : E P F (PRESO)
PACIENTE : D C F
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de E. P. F. e D. C. F. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS (HC n. 4000046-98.2021.8.04.0000).

As pacientes foram presas em 24 de janeiro de 2020, sob a acusação de terem cometido os delitos capitulados nos arts. 218-B, Art. 218-B, §2º, II, e Art. 229, do Código Penal.

Sustenta a impetrante que, "no dia 18 de Novembro de 2020, ocorreu a AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO" e que, "mesmo após o encerramento da audiência, e apresentação de memoriais, decorreu o prazo de 30 dias até a data do recesso forense, e não houve decisão de sentença, e por este motivo as pacientes encontram-se recolhidas, o que demonstra ser uma prisão ilegal, devido ao excesso de prazo" (fl. 7).

Alega que, "ao exame do decreto prisional, verifica-se ausência de fundamentação idônea", baseando a "medida constritiva baseada em premissas genéricas e abstratas", além de não haver a "devida fundamentação apta a justificar, o indeferimento da substituição da prisão preventiva por domiciliar com esteio nos arts. 318, V, e, 318-A e 318-B, do CPP, tendo em vista que a Paciente comprovou ser mãe, além de não se tratar de crime cometido com violência ou grave ameaça, tampouco contra seus antecedentes e, ainda, não se constatar, situação excepcionalíssima que impeça a concessão do referido benefício" (fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição por alguma medida cautelar (fl. 19)

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não

foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente